

# Conservadora, Suprema Corte dos EUA vê aprovação despencar

16/09/2021

Pesquisa da Quinnipiac University, divulgada nesta quarta-feira (15/9), indica que o índice de aprovação do trabalho da Suprema Corte dos Estados Unidos atingiu seu nível mais baixo em 2021. Apenas 37% dos eleitores registrados aprovam o trabalho da corte, enquanto 50% desaprovam — e 13% não têm opinião formada.

Fred Schilling



Outubro/2020. Sentados da esq. p/ dir.: Samuel Alito, Clarence Thomas, John Roberts, Stephen Breyer e Sonia Sotomayor. Em pé da esq. p/ dir.: Brett Kavanaugh, Elena Kagan, Neil Gorsuch e Amy Coney Barrett

Há pouco mais de um ano, os números foram basicamente inversos: 52% dos eleitores registrados aprovavam o trabalho da corte; 37% desaprovavam e 11% dos entrevistados não tinham opinião sobre isso. As pesquisas da Quinnipiac University, que começaram a ser feitas em 2004, mostram que o declínio da aprovação tem sido progressivo.

Pesquisas do Gallup, feitas há mais tempo, indicam que, em 2001, o índice de aprovação da Suprema Corte era de 62% e o de desaprovação declarada era de 29%. Em 2021, o índice de aprovação caiu para 49% e o de desaprovação subiu para 44%.

Os números são diferentes, mas a conclusão é objetiva: o índice de aprovação da Suprema Corte vem caindo progressivamente nas últimas duas décadas. No entanto, a razão dessa queda é subjetiva. A comunidade jurídica e os observadores da mídia acreditam que ela se deve à progressiva politização da corte — bem como do Judiciário em geral.

Uma razão especificada foi a recente decisão da Suprema Corte de permitir a entrada em vigor da [lei antiaborto do Texas](#). A lei proíbe o aborto após seis semanas de gestação, um período em que as mulheres sequer sabem, normalmente, que estão grávidas — mas que os médicos poderão, provavelmente, detectar batidas cardíacas do feto.

A decisão, tomada com base em tecnicidades, apresenta "sérias questões de constitucionalidade", como reconheceu o voto vencedor, de apenas um parágrafo, de cinco dos seis ministros conservadores da corte.

Na verdade, lei viola precedente de 1973 da própria corte, que legalizou o aborto em todo o país. Em *Roe vs. Wade*, a corte decidiu que um aborto pode ser feito até que seja determinada a "viabilidade fetal", o que normalmente ocorre entre as 22 e 24 semanas de gravidez.

A decisão, que tecnicamente elimina o aborto no Texas, se alinha perfeitamente com a posição do Partido Republicano, que quer derrubar *Roe vs. Wade* (para proibir definitivamente o aborto em todo o país ou, pelo menos, deixar para os estados a responsabilidade de legislar sobre o aborto. Vários estados republicanos já estão elaborando projetos de lei semelhantes para inviabilizar o aborto em seus territórios.



Mas essa posição contraria a vontade da maioria dos eleitores americanos. A pesquisa da Quinnipiac University, que presumiu que tal decisão poderia exercer um efeito na queda da popularidade da Suprema Corte, indicou que sete em dez eleitores querem preservar *Roe vs. Wade*. E 48% dos eleitores, contra 35%, desejam que a corte facilite o aborto, em vez de dificultá-lo.

A mais nova ministra da Suprema Corte, Amy Barrett, foi duramente criticada — algumas vezes, ridicularizada — durante toda a semana, por argumentar em uma recente palestra, que a Suprema Corte não é politizada. Ela disse: "Meu objetivo hoje é convencer vocês que esta corte não é composta por um bando de... 'partisan hacks'".

A definição de "partisan hacks", segundo o Urban Dictionary, é: "Alguém que se preocupa mais em apoiar um partido em particular ou uma ideologia, do que em apoiar o que é moralmente correto ou factualmente verdadeiro".

Segundo a Wikipédia: "partisan hack é um termo pejorativo que descreve uma pessoa que é parte de um partido político, mas cujas intenções são mais alinhadas com a vitória do que com convicções pessoais". Enfim, se é um termo pejorativo, é algo parecido com "politiqueiro".

Alguns editoriais e algumas reportagens na imprensa foram cruéis, tais como: "Desculpe, ministra, mas a decisão da corte sobre a lei do Texas mostra que os ministros se tornaram 'partisan hacks' mais do que nunca"; ou: "A ministra Amy Barret vive em uma realidade americana alternativa".

Em artigo publicado no *Washington Post*, um colunista aposta que os ministros conservadores da corte irão vencer por cinco a quatro — ou por seis a cinco — todas as questões políticas: serão contra o aborto, a favor do direito de posse e porte de armas, contra a ação afirmativa, contra a proteção a direitos ao voto, a favor de contribuições ilimitadas a campanhas políticas (por empresas) e a todas as posições assumidas pelo Partido Republicano.

Enfim, na ânsia de convencer os eleitores de que a Suprema Corte não é composta por "políticos vestidos de toga", como se diz frequentemente, a ministra Amy Barrett criou, involuntariamente, um qualificativo que não ajuda a melhorar a aprovação do trabalho da corte, o de "partisan hacks".

Na verdade, a culpa não é dos ministros, porque o sistema de nomeação de juízes para a Suprema é altamente político. Por exemplo, todos os três ministros nomeados pelo ex-presidente Trump foram indicados a ele pela conservadora-republicana Federalist Society.

Assim, qualquer juiz que sonhe em ser nomeado para a Suprema Corte por um presidente republicano, por compartilhar a ideologia conservadora, tem de ser membro da Federalist Society, onde será doutrinado dentro dos preceitos conservadores-republicanos.

Da mesma forma, se o juiz quiser se nomeado por um presidente democrata, por ter tendências liberais, sua indicação irá depender do histórico de suas decisões, para ver se elas são compatíveis com a ideologia liberal, e de recomendações de instituições democratas.

A mesma sorte é destinada a juízes federais de primeira e segunda instância. No caso de juízes estaduais, o sistema de escolha é diferente, mas não menos politizado. Em muitos estados, juízes (de primeira instância, de tribunais de recurso e do tribunal superior) são escolhidos através de eleição e podem ser filiados ao Partido Republicano, ao Partido Democrata ou a qualquer outro partido político).

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-set-16/conservadora-despenca-aprovacao-suprema-corte-eua-2/>